

Tolerância Zero

É estranho que a região onde estão os cursos d'água que abastecem o Grande Rio ainda não seja área de proteção ambiental (APA). A Assembléia Legislativa prepara-se para votar o projeto de lei que cria a APA da bacia do Rio Guandu. A medida é indispensável e já deveria ter sido tomada há muito tempo.

Não é possível entender porque existem várias APAs dentro da cidade do Rio de Janeiro, como em Laranjeiras, enquanto os mananciais continuam à mercê do desmatamento, do esgoto industrial e até de lixões que contaminam a água com chorume representando grave ameaça à saúde da população.

Irresponsavelmente, vários prefeitos de municípios banhados pelos rios Guandu e afluentes manifestam-se contra a lei, por temer que a medida possa afetar diretamente "a economia e a urbanização" desses municípios. Os prefeitos alegam que a proteção dos mananciais causará desemprego em conseqüência da ameaça de fechamento de fábricas e mineradoras que poluem a água.

Estranha é a visão – melhor seria dizer miopia – desses prefeitos que, em geral, administram municípios degradados, social e economicamente. Falar em urbanização, em boa parte deles, chega a ser uma piada de mau gosto. Essas localidades são incapazes até mesmo de cuidar da limpeza pública ou de tapar buracos de suas principais vias, como ocorre com Japeri, considerado o local de piores índices de desenvolvimento humano do Estado do Rio.

Para esses prefeitos vale a pena manter alguns empregos (e votos) em indústrias, lixões ou mineradoras primitivas e muitas vezes ilegais, mesmo que para isso tenham que envenenar a água que chega às torneiras de milhões de pessoas.

A lei da criação da APA estabelece distância de 500 metros de cada lado do Rio Guandu e de 100 metros a partir da margem de seus afluentes, onde a natureza deverá ser restaurada e preservada. Ali não poderá existir despejo de esgotos, os lixões (há três nas região dos mananciais) deverão ser removidos até 30 dias após a promulgação da lei, e as mineradoras de areia serão fechadas e terão que se afastar dos rios.

Parece tão evidente que custa a crer que alguém possa ser contra isso. A questão é tão importante que seria o caso de o ministro do Meio Ambiente se interessar por ela. Ainda mais porque o Ministério está vivamente empenhado na recuperação do entorno da Ilha Grande, desde Sepetiba até Angra dos Reis. O Rio Guandu desemboca na Baía de Sepetiba e sua recuperação é essencial ao saneamento da região.

Mas não basta legislar. As leis só pegam quando há determinação e rigor para fazê-las valer. As autoridades devem ser implacáveis nessa matéria. É preciso adotar atitude de tolerância zero, punir para valer e para servir como exemplo. Se isso não for feito, a qualidade da água e o perigo para a saúde tenderão a piorar cada vez mais.